

Presidente faz alerta sobre ação de falsos servidores do TCU

O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Valmir Campelo, solicitou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e ao diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Fernando Lacerda, uma ampla investigação sobre a ação de pessoas que estariam procurando prefeituras se fazendo passar por servidores do TCU, para oferecer facilidades junto ao tribunal. Foi dado também conhecimento do assunto ao controlador-geral da União, Waldir Pires, solicitando ampla divulgação em suas representações estaduais.

Segundo Valmir Campelo, esses falsos servidores dão a entender que têm condições de resolver, em curto espaço de tempo, os problemas que as prefeituras enfrentam em processos em andamento no TCU ao preço de comissões a serem depositadas em suas respectivas contas bancárias. Ele alertou que nenhum servidor está autorizado a interceder administrativamente junto a autoridades do tribunal em relação a qualquer tipo de processo em curso, nem manter contato direto com as partes para propor ou sugerir a interferência em feitos de seu interesse.

A presidência autorizou, também, a expedição de avisos a todos os prefeitos municipais, para dar conhecimento do assunto e alertar que ninguém está credenciado pelo TCU para tratar de qualquer matéria, exceto quando em contato oficial em sua sede em Brasília e nas Secretarias Estaduais de Controle Externo, em cada capital de Estado. Os Tribunais de Contas dos Estados e de Municípios também serão alertados.

O presidente lembrou que é fundamental que as prefeituras abordadas comuniquem o fato imediatamente às autoridades policiais e ao TCU, para anular esse tipo de ação, que, em tese, configura crime contra a administração pública.

TCU confirma fragilidade do sistema utilizado para concessão de pensões

O Tribunal de Contas da União vai acompanhar o processo de desenvolvimento do novo sistema de recursos humanos da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (SRH/MP) e o processo de adequação do sistema às necessidades do órgão de pessoal. A decisão decorreu de auditoria realizada no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) para verificar sua confiabilidade. A fiscalização voltou-se, principalmente, para a avaliação de pensões, em razão da natureza de fraudes em concessão de benefícios descobertas, anteriormente, na Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo (GRA/SP) e no Rio de Janeiro (GRA/RJ).

De acordo com o ministro Benjamin Zymler, relator do processo, o ponto mais crítico do sistema de pessoal da Administração Federal é na política de acesso. O ministro ressaltou que, talvez, o maior problema na operacionalização do Siape seja a não segregação de funções, o que permite que a mesma pessoa cadastre um servidor, lance os dados da pensão e dos pensionistas e gere a folha de pagamentos sem qualquer homologação superior. Além disso, é perfeitamente possível que os dados da conta corrente dos servidores e pensionistas sejam alterados sem que o responsável pela área de Recursos